

Em busca de agentes inquietantes para os coletivos: uma revisão conceitual articulada à Análise Institucional

In search of troubling agents for collectives: a conceptual review articulated to the Institutional Analysis

Daniel Vannucci Dóbies

Universidade Estadual de Campinas.

RESUMO:

A partir de um comentário da analista institucional Danielle Guillier sobre a habilidade dos analistas para provocar deslocamentos e movimentos disruptivos durante as intervenções, o texto procura por agentes inquietantes que exercem uma função analisadora nesses espaços. Em uma revisão em torno dos conceitos de analisador e dispositivo, que são apropriados pelos analistas institucionais, encontram-se construções teórico-práticas que exibem vias de captura, inquietação e disrupção nas entranhas dos movimentos institucionais. Entrar em contato com esse modo de operação das forças de poder e de resistência na vida social indica um caminho analítico atento aos acontecimentos e às singularidades pulsantes na micropolítica. Isto desafia a produção de uma prática analítica de criação e abertura, desviando-se das encarceradoras reproduções de boas formas e categorizações.

Palavras-chave: analisador; Análise Institucional; intervenção.

ABSTRACT:

Based on a comment by institutional analyst Danielle Guillier on the ability of analysts to provoke dislocations and disruptive movements during interventions, the text searches for troubling agents that play an analytical role in these interventions. In a review about the concepts of analyzer and device, which are appropriated by institutional analysts, there are theoretical and practical constructions that present routes of capture, uneasiness and disruption in the guts of institutional movements. Getting in touch with this operation mode of the forces of power and resistance in the social life points to an analytical path, aware of the events and singularities pulsating in micropolitics. It challenges the production of an analytical practice of creation and opening, deviating from the imprisoning reproductions of good forms and categorizations.

Key-words: analyzer ; Institutional Analysis ; intervention.

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66396

Isto não é uma receita

Quando se prepara um bolo, segue-se uma receita. Alguns bolos exigem que o confeitoiro seja mais rigoroso, outros nem tanto. Mas sempre há uma receita: ingredientes,

medidas, modos de misturá-los, temperatura e tempo de forno, acabamento etc. Há ocasiões em que há rituais para bem servi-lo, de modo que a receita e a etiqueta conduzam ao momento ideal imaginado no início da preparação. Alguns bolos adquirem fama e são reproduzidos comercialmente – tal como o famoso bolinho francês mal-assado: *petit gâteau* –, alimentando as expectativas de padronização da experiência gastronômica.

No mundo da produção de saberes e práticas analíticas, por mais estranho que possa parecer, é comum a busca por receitas para obter o resultado ideal. Proliferam manuais de boas práticas a serem tão somente reproduzidas, mingando a abertura para a análise, o pensamento e a criação.

A complexidade da vida, das relações institucionais e das experiências singulares, entretanto, desafia essas tentativas de reprodução simplificadora. Sem uma perspectiva orientada pela progressividade, linearidade, neutralidade nem acabamento, as proposições da Análise Institucional (AI) oferecem alguns conceitos e algumas ferramentas que provocam a abertura à criação coletiva no processo analítico. A considerar a complexidades das experiências, a AI não usa receitas nem pretende atingir um ideal bem acabado.

Contudo, em seus comentários sobre os conceitos de implicação e transdução, Guillier (2004: 16) encerra com a seguinte afirmação:

No campo de intervenção a habilidade do analista é identificar algumas partículas do campo de intervenção conectando com um campo maior [campo de análise]¹. Quando ele faz essa conexão a intervenção se efetua. Ele desloca essa partícula, faz uma conexão com esse campo mais amplo e recoloca. Nesse deslocamento e recolocação se faz a intervenção. Nesse processo se pressupõe uma função analisadora que, em determinado momento, dependendo das condições, permite um movimento disruptivo.

A afirmação objetiva e direta de Guillier parece fornecer uma receita para a realização da intervenção. Mas logo essa impressão se desfaz, pois nos deparamos com, ao menos, três operações embaraçadas para a intervenção atingir o “movimento disruptivo”: 1) localizar as partículas; 2) conectá-la(s) ao campo de análise; 2) recolocá-la(s) no campo de intervenção. Essa aparente divisão organizada e didática, além do mais, não fornece precisão de momento, modo ou encadeamento para a produção do “movimento disruptivo”.

Em busca de algumas chaves, o presente texto é dedicado à procura das “tais partículas que geram movimentos disruptivos”, que, de modo mais traquina, podem ser chamadas de agentes inquietantes. Essa busca passará por conceitos da AI em diálogo com outros referenciais ou pensamentos. Evidentemente, sem a pretensão de fornecer

elementos e procedimentos típicos para o preparo de uma receita, mas de apresentar conceitos, ferramentas e análises que possam contribuir para a prática de intervenções que incitam os coletivos a abandonar a reprodução de uma prática banalizada e problematizar seus modos de ser e fazer.

Um avistamento no campo da Análise Institucional

Para essa busca, é possível partir da pista contida no final do trecho destacado anteriormente, quando Guillier diz que há “uma função analisadora”.

Para discutir tal função, cabe recordar que a AI francesa, fundada por René Lourau e Georges Lapassade nos efervescentes anos 1960 e 1970, produziu um referencial teórico-metodológico para a realização de intervenção, pesquisa ou pesquisa-intervenção que expõe as lógicas institucionais que atravessam as relações sociais nos mais diferentes âmbitos.

Lourau (2014) apresenta um conceito de instituição em tensão, pois afirma que a aparência institucional, com suas normas e fluxos bem definidos, convive com questionamentos e negações. Trata-se de um processo que Lourau denomina *institucionalização*, que não ocorre nem acima nem fora da ação dos sujeitos, mas que os atravessa e é transformado por estes. Assim, as relações humanas são costuradas permanentemente por normas e contingências sócio-históricas e, ao mesmo tempo, os sujeitos, por serem parte dessa maquinaria, podem ser mais protagonistas e menos submissos. Por essa razão, as intervenções, pesquisas ou pesquisas-intervenções em análise institucional almejam enunciar as tramas da transversalidade que regem as relações sociais e envolvem os sujeitos, a fim de desalienar a prática social. Em sua radicalidade anarquista, a AI provoca e vislumbra a autogestão dos coletivos.

Complementarmente, Lourau (2014) apresenta o conceito de implicação para dizer da ligação dos sujeitos com as instituições. Uma vez que as instituições são incorporadas pelos sujeitos e estes operam a partir disso, é fundamental analisarem o conjunto das suas implicações a fim de averiguarem como atualizam suas formas de ser, pensar e fazer. Ao reconhecerem as incidências institucionais, que também se dão por via afetiva, os sujeitos alargam o campo de problematização, reelaboração, transformação dos seus modos de ser. Essa análise de implicação acontece potencialmente em encontros coletivos com essa disponibilidade analítica.

É no final da sua obra, nos anos 1990, que Lourau traz um outro conceito para a reflexão sobre a implicação: o de transdução. Lourau (1997, 2001) importa este conceito

de Gilbert Simondon para apresentar a operação pela qual se modula a implicação em movimentos de propagação e contágio, por encontros próximos (pelo meio) e não por extremos. As implicações seriam, assim, as cristalizações (tomadas de forma) em um *continuum* de propagação das relações que os sujeitos estabelecem com o conjunto das instituições.

As implicações, nessa perspectiva, são formas metaestáveis pelas quais é possível notar as vinculações dos sujeitos com as instituições, e, como reforça Lourau (2004), é importante analisá-las. É clássica a expressão de que “implicado sempre se está”, o que não significa ser sempre possível e/ou ter condições para analisar as implicações.

Também no final da sua obra, Lourau (2001, 2004) apresenta dois prefixos que denotam as cegueiras analíticas da implicação. A partir de uma curva de Gauss cortada ao meio por uma linha horizontal, Lourau (2001) explica que a desimplicação (no início da curva e abaixo da linha) apresenta as cegueiras decorrentes da dependência absoluta e das identidades puristas, tomadas como naturalmente concebidas ou forçosamente impostas. A desimplicação estaria, portanto, associada ao “identitarismo”, em que os sujeitos se definem tão intensamente por aspectos tidos como naturais, universais e/ou essenciais, numa alienação tão profunda, que se encontram praticamente proibidos de analisar essas implicações. Aqui se encontram, por exemplo, os ocidentalismos, eurocentrismos, cientificismos, patriarcalismos, racismos e sexismos. No outro extremo da curva, também abaixo da linha horizontal, encontra-se a sobreimplicação que é a participação intensamente tomada por afetos, que produz defesas e reafirmações incessantes das vinculações. Nesse caso, os sujeitos, desprovidos de qualquer crítica, aderem com veemência à reprodução do trabalho, à divulgação ideológica, à militância política, à pregação religiosa, entre outras, numa insistente exibição da sua implicação afunilada. Em situações extremas, como apresenta Lourau (2004), essa cegueira provocada pela sobreimplicação pode levar à morte por exaustão no trabalho. No meio, no pico acima da linha horizontal, encontra-se a parte analisável das implicações. Por meio dessa explicação com a ajuda da curva de Gauss, constata-se que os coletivos podem produzir aberturas, mas também cegueiras na análise de implicação.

Emerge, portanto, a relevância de encontrar os agentes provocadores da análise de implicação, algo que desempenhe a tal “função analisadora”, pois, como alerta Lourau (1979), a análise de implicação e a conseqüente intervenção são sabidamente falhadas quando os analisadores ficam encarcerados na gaiola.

Provocadores e fazedores de análise

Com esse avistamento sobre os conceitos e o processo de intervenção, é o momento de embrenhar-se na trilha aberta por Guillier (2004) sobre as partículas com função analisadoras, ou seja, o analisador.

De modo breve, pode-se dizer que o analisador é o acontecimento ou o arranjo construído capaz de fazer eclodir as funções e normativas objetificadas de modo a tornar inevitável e urgente a análise das implicações dos sujeitos com as instituições e suas inerentes contradições. O analisador, por essa razão, dispõe de um enorme potencial para desvelar, perturbar e desordenar as formas estabelecidas que, ao longo do tempo, fixam posições e fluxos nas relações sociais.

No entanto, o analisador apresenta meandros para as suas efetuações que não permitem que ele seja utilizado como simples recurso de nomeação apaziguadora dos tipos de movimentações ou paralisias que acontecem nas entranhas institucionais.

As sinuosidades do conceito remetem às suas origens. O analisador é um conceito que os socioanalistas aproveitaram da psicoterapia institucional, sobretudo das ideias de Felix Guattari. Em seu ensaio sobre transversalidade escrito originalmente em 1964, Guattari (1985: 101) utiliza pela primeira vez a ideia de analisador ao afirmar que: “O papel do analisador de grupo consistiria em revelar tais situações [censuras e assujeitamentos] e levar o conjunto do grupo a não mais poder fugir, tão facilmente, das verdades que elas encobrem”. É fundamental, entretanto, retomar o percurso histórico desse conceito até essa citação.

Inquietado pelos analisadores de maio de 1968, Georges Lapassade (1979)² organiza o livro *L'analyseur et l'analyste* (O analisador e o analista) com capítulos escritos por ele e por outros praticantes da AI que abordam as gêneses sociais e teóricas desse conceito. Logo no prefácio, Lapassade anuncia uma oposição entre analistas e analisadores que se reproduz em vários períodos da história, ficando suspensa apenas em momentos revolucionários, quando todos os sujeitos se tornam analistas e analisadores.

Em 1971, quando escreveu este texto, Lapassade se encontrava inspirado pela efervescência da época e vislumbrava uma transformação social mais radical, contestando as instâncias de autoridade e controle. A função disruptiva associada a este conceito, como indica Guillier (2004), fica mais evidente ao mostrar como não é possível desprezar o analisador com a desconstrução das relações hierárquicas fixadas e naturalizadas que

geram alienação e violência contra a grande parte das pessoas, em benefício de poucos privilegiados no sistema piramidal de poder.

Hess (1979), nesta mesma obra, escreve o capítulo sobre a história do analisador nas instituições. Começa a retrospectiva histórica na sociedade grega, onde a autorização analítica era restrita a um determinado grupo, que, liberado das atividades braçais consideradas “não humanas”, poderia se dedicar à vida política e intelectual. Hess ressalta, por exemplo, que Aristóteles reconheceu a existência da escravidão, mas a tratava como algo natural da divisão do trabalho e da riqueza, e não como um analisador. Numa perspectiva europeia, Hess faz observações sobre outros analisadores ao longo dos eventos históricos e intelectuais no mundo ocidental.

Na perseguição pelas origens do conceito, Hess (1979) afirma que Lavoisier, no Tratado Elementar de Química, publicado no final do século XVII, descreve com precisão o dispositivo que lhe permitiu realizar a análise da água, mas não o define como analisador. No mesmo período, Mirabeau usa o termo analisador no mesmo sentido de analista para se referir à profunda capacidade analítica de Locke. Ainda que de uma forma imprecisa, os químicos tomam esse termo para se referir aos dispositivos que lhes permitem a análise dos elementos e o termo se dissemina pelas ciências exatas. Entre o final do século XIX e o começo do século XX, Pavlov, em seus estudos sobre fisiologia e comportamento, atribui um sentido particular ao conceito, ao dizer que se trata de um aparato orgânico (externo e interno articulados) que analisa o mundo exterior. Nos anos 1940, psiquiatras comunistas que seguiam os ensinamentos de Pavlov trazem tal conceito para a França e para as experiências da psicoterapia institucional, na qual, finalmente, o conceito ganhará o sentido utilizado pelos analistas institucionais.

Esse tráfico de ideias entre diferentes disciplinas, ideologias e países exibe uma característica importante da AI: o “contrabando” de conceitos e a ruptura de fronteiras do saber para alargar as possibilidades de análise e ação. Inclusive, Félix Guattari recebeu de Rodrigues (2012) a alcunha de “um indisciplinado contrabandista”, devido às várias apropriações que fez de conceitos de outros campos do saber, e o próprio Lourau (1997), em seu último livro, reafirma a importância dessa “indisciplina” ao ressaltar a abertura no campo da AI a partir da busca por conceitos e conhecimentos em diversas áreas e teorias.

Em meio às apropriações e aos usos dos conceitos, nota-se a difícil e imprecisa relação entre analista e analisador. Segundo Lapassade (1979), quando foi incorporado à

psicoterapia institucional, o analisador era adjetivado como *natural* para se referir ao “louco” ou como *construído* para se referir à grade de atividades. Ambos poderiam produzir a análise das relações naquele ambiente. No entanto, a psicoterapia institucional – que não era pavloviana, mas eminentemente freudiana – passou a considerar o analisador como acesso ao inconsciente em contato com o imaginário e os símbolos. Assim, a transferência também adquire status de analisador natural, não apenas na relação dual, típica da atuação em consultórios, mas numa relação institucional na qual convivem e sobrepõem-se múltiplas vias de transferência. Essa múltipla trama transferencial, Guattari (1985) denomina *transversalidade*.

De qualquer modo, o analisador relacionado à transferência indica que o analista e o analisador podem se misturar, pois a presença, o corpo, as palavras e as ações do analista compõem o material analítico. Lapassade (1979), ao tratar desse aspecto, alerta para os exercícios de controle do analista ao buscar fortalecer o monopólio da análise ou colocar-se à parte dos acontecimentos, levantando barreiras para conter o curso da análise. Por isto, Lapassade afirma que são os analisadores, e não os analistas, que fazem a análise:

A prática da análise institucional só pode avançar com a condição de localizar dentro do campo da análise dispositivos que devem catalisar as significações e permitir cercar e logo analisar o que está disperso e dissimulado no conjunto do sistema. A localização dos analisadores já forma parte da análise. Este é o primeiro e principal trabalho daqueles que, nas ciências sociais de hoje, chamam-se analistas. (LAPASSADE, 1979: 30, tradução minha, grifos do autor)

Em diálogo com a obra organizada por Lapassade, o professor mexicano Brito (2015) analisa a gênese teórica do analisador na AI a partir das formulações de Ivan Pavlov e de Félix Guattari.

De partida, Brito (2015) adverte que o analisador não deve ser tratado apenas como um revelador das contradições e dos ocultamentos nos grupos e nas instituições, mas como um desconstrutor das instituições, tamanho o potencial de deslocamento que pode causar nos sujeitos e coletivos. Tal operação ocorre através da articulação entre os campos de intervenção e de análise, tal como ressalta Guillier (2004), reforçando o analisador como um conceito “dobradiça”, que conecta e faz movimentar por meio da análise social.

O analisador pavloviano, segundo Brito (2015), não recebeu a devida atenção de Lapassade (1979) e Hess (1979). Para o psicólogo social mexicano, os dois autores tomaram o analisador pavloviano no mesmo sentido utilizado na química e na física: como um agente de decomposição de algo complexo em unidades simples. No entanto,

Pavlov, segundo Brito, atribui um trabalho muito mais elaborado aos analisadores, ao compreendê-los como um conjunto orgânico de captação, condução e interpretação que transforma os estímulos externos para produzir um permanente equilíbrio do organismo com o ambiente. Para Brito (2015), essa complexa articulação biológica, psicológica e social embutida no analisador pavloviano encontra-se mais desenvolvida nos estudos filosóficos de Cornelius Castoriadis sobre a necessidade de os viventes criarem seu próprio mundo para conseguir viver.

Por outro lado, ao resgatar as ideias de Félix Guattari, Brito (2015) afirma que esse autor não valoriza o conceito de analisador tal qual Lapassade. Entretanto, ressalta que Guattari associa a noção de analisador à transversalidade, ao grupo sujeito e aos agenciamentos coletivos de enunciação. Assim, Guattari trabalha com uma ideia de analisador fortemente relacionada às experiências coletivas que combatem a alienação social. Por meio de suas experiências no campo da psiquiatria-psicanálise e da militância, Guattari reforça a aproximação entre a subjetividade e a política e entre a micro e a macropolítica, de modo a obrigar a análise desse e nesse conjunto. Tais formulações indicam que a análise não pode ser uma produção discursiva, mas uma intervenção relacionada a uma transformação social. Da mesma maneira, a análise não é “um grande evento”, mas uma ação cotidiana exercida pelos coletivos. De tal modo, deve-se considerar o desejo como algo em permanente processo de produção da e na realidade – não como resposta a determinada falta – a fim de que se abram perspectivas para novos mundos com outras necessidades. Para tal, Guattari indica ser fundamental a produção de dispositivos de enunciação analíticos, que incluam componentes socioeconômicos, tecnológicos e ambientais, para que a análise não fique restrita a especialistas e seus limites demarcados.

De modo geral, Brito (2015) demarca o quanto é importante operar com um conceito de analisador na perspectiva de transformação social contra qualquer forma de alienação, não devendo ser tratado como uma categoria de análise para uma contemplação intelectual. Brito (2018) reforça, inclusive, que o analista, ao lidar com analisadores numa direção de efetivar as suas provocações ao invés de almejar controlá-los, produz uma fratura no instituído do modo de fazer análise, pois evidencia a dimensão social e coletiva do trabalho analítico.

Observa-se, até aqui, que o analisador é um corte político. É um agente da emancipação dos sujeitos e da multiplicação de possibilidades, e não uma poda que controla e canaliza a forma de viver e as aspirações de existência.

Como modo de produzir aberturas ao invés de cercas analíticas, Lourau (2014) problematiza a atribuição de apelidos às pessoas que manifestam dissidência nas relações sociais, pois considera que isso silencia vozes repletas de analisadores. Lourau (2014) os denomina “sujeitos analisadores”, destacando a importância da análise dos modos como tais dissidências são formadas e os seus significados para aquela composição de pessoas e normas. Na sequência, recorda a força analisadora da mulher, do louco, do doente, da criança e do velho, pois estes se encontram fora do padrão de corpo-produção do sistema econômico vigente. Pode-se, nessa direção, incluir os pretos, indígenas, migrantes, refugiados, habitantes dos países do sul global como novos analisadores da situação social e das vidas coletivas na atualidade.

Para reforçar a inquietação provocada pelos analisadores, Lourau (2020) localiza a operação de um “Estado em nós”, que cria um modo de vida orientado por objetivações e planificações, no qual proliferam indicadores a serviço da confirmação de teses sociais consolidadas e/ou assimiláveis às vigências do Estado e do Capital. Para Lourau (2020), os analisadores, como são perturbadores da naturalização e da reprodução social, sempre surgem como agentes sociais que abrem caminho para experiências mais libertárias:

A instituição possui o poder de nos objetivar, de nos coisificar em estatutos e papéis. O analisador ‘desobjetiva’: ele desfaz os estatutos e os papéis, nos restitui a subjetividade. [...] A instituição possui o poder de fixar nas normas as relações livres, vivas, interpessoais, tais como se constituem na vida cotidiana mais íntima [...] O analisador desinstitucionaliza, revela o instituinte sufocado sob o instituído e, ao fazê-lo, perturba o instituído. A instituição possui o poder de materializar em formas aparentemente neutras e universais, a serviço de todos, forças econômicas e políticas que nos dominam, fingindo nos ajudar e nos defender. O analisador desmaterializa as formas da opressão, revelando as forças que nelas se escondem, e combate quaisquer formas materiais. (LOURAU, 2020: 241-242, aspas do autor)

As definições e operações do analisador, portanto, exibem diversas forças de inquietação. Outros conceitos ou termos são frequentemente usados como possíveis sinônimos ou com sentido semelhante. Em meio às linhas anteriores, por exemplo, localiza-se o conceito de dispositivo.

O dispositivo entre suas definições, seus usos e suas ações analítico-transformadoras

Na vertente socioanalítica da AI, o uso do conceito ou termo “dispositivo” aparece de um modo esparso e pouco preciso.

Em definição breve e objetiva, Lapassade (2005) afirma que o dispositivo é o analisador construído que, assim como o analisador natural ou acontecimento, indica o oculto da instituição. Em descrição do seu trabalho de intervenção, Lapassade (1999/2000) narra como buscou transitar de um dispositivo de formação para um dispositivo de intervenção, com a adoção de práticas de autogestão. Reforça, assim, a ideia de dispositivo como algo construído para produzir a análise do coletivo, justificando que os analisadores nem sempre estão evidentes e que, além de identificá-los, é preciso produzir condições para que sejam trabalhados pelos sujeitos.

Nos textos do René Lourau, os conceitos de dispositivo e analisador se misturam mais, pois ele articula dispositivo com os analisadores naturais, históricos e construídos, e, por vezes, utiliza a expressão “dispositivos analisadores”, conectando os dois conceitos.

Em *Sociólogo em tempo inteiro*, livro dedicado à análise de intervenções no universo escolar, Lourau (1979) finaliza com um capítulo dedicado à descrição de doze dispositivos analisadores para exibir a conexão entre os acontecimentos, as construções analíticas, os apelidos, as paródias, as metáforas, as repercussões na mídia, as adesões, as recusas e os efeitos em outras esferas de poder e gerência. Lourau arrisca uma analogia entre os dispositivos analisadores para a AI e os sonhos para a psicanálise, ao dizer que ambos apresentam efeitos de condensação e deslocamento a serem considerados na análise do que fica manifesto. Sem uma pretensão de formatar um enquadre metodológico, Lourau desejava que este inventário de doze dispositivos analisadores inspirasse caminhos para ebulições políticas.

Lourau (1999/2000) reforça o teor político incluído na noção de dispositivo nas duas definições seguintes: 1) “O dispositivo não é o todo da situação, mas ele diz tudo – pelos seus ‘buracos’, pela organização (no sentido de processo e não de sistema existente), organização de relações sociais num espaço-tempo” (LOURAU, 1999/2000: 133, aspas do autor, tradução minha); 2) “Espaço-tempo indutor de um modo de relações sociais e induzido por elas, o dispositivo é um analisador político, qualquer que seja a orientação teórica ou metodológica dos socioanalistas nas suas diversidades” (LOURAU, 1999/2000: 141, tradução minha)

Nota-se que o dispositivo, para Lourau (1979 e 1999/2000), ultrapassa a ideia de analisador construído e denota a noção de um fluxo de indução nas relações sociais que pode ser captada em determinado momento para compreensão do processo em curso.

Em fala bastante didática sobre a prática da AI, Lourau (2007) utiliza, à primeira vista, o conceito de dispositivo no sentido de uma criação que permite a análise, ou seja, mais próximo à ideia de analisador construído. Associa a ideia de dispositivo à assembleia geral ou à possibilidade de uma assembleia socioanalítica, demarcando-o como um instrumento para a análise social coletiva. Do mesmo modo, diz da restituição e da autogestão-artifício (implantação da autogestão na intervenção) como dispositivos. Entretanto, ele amplia a dimensão desse conceito ao afirmar: “O dispositivo é o que permite funcionar a prática” (LOURAU, 2007: 73). Nesse ponto, Lourau, ao comentar a prática psicanalítica, observa a possibilidade de dessacralizar certas operações e os rituais consolidados num determinado campo, retomando a noção de dispositivo como exercício do poder e de transmissão no tempo-espaço. Isto é reforçado nas últimas partes da sua fala-texto, quando comenta sobre as resistências ao dispositivo de aprovação-reprovação de alunos.

Também com uma noção de fluxo e ação, Lourau (1997) fala sobre o dispositivo numa articulação entre os campos de intervenção, de coerência e de análise, denotando a força do que ele chama de dispositivo material, por ser um arranjo da intervenção socioanalítica com potencial de desencadear efeitos e deixar traços no conjunto de referências afetivas e racionais de todos os envolvidos.

Gilles Monceau, um dos teóricos da AI na atualidade, também trabalha com a noção de dispositivo. Monceau (2013) elabora a “socioclínica institucional” a partir das suas análises sobre as transformações ocorridas na prática da AI ao longo dos anos e, dentre as oito características dessa nova abordagem, inclui a “participação dos sujeitos no dispositivo”. Entende que o dispositivo diz respeito a todo o aparato construído para o processo de intervenção e pesquisa. Embora isso sugira uma demarcação do seu entendimento a respeito de dispositivo, Melo (2017) resgata uma fala de Monceau em uma conferência realizada em abril de 2015 na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, na qual o professor francês apresenta outras maneiras de operar esse conceito:

O dispositivo político corresponde àquilo que o governo utiliza para colocar em prática seus objetivos, atendendo às particularidades regionais e atentando-se para a necessidade de uma readequação desse dispositivo, caso se faça necessária. O dispositivo operatório consiste na maneira efetiva com que os trabalhadores colocarão em prática suas ações, levando em consideração as dimensões política, social, econômica, humana, etc. E o dispositivo analítico corresponde, diretamente, à atividade do pesquisador que busca compreender o que se passa em determinado local e contexto, propondo a produção de conhecimento. (MELO, 2017: 64)

Nota-se que Monceau opera com uma ideia ampla do conceito e que tal classificação, embora com função pedagógica, o que pode sugerir uma separação entre os tipos, denota a grande conectividade e amplitude inerente à construção de um dispositivo. Mesmo sendo construído, não é uma construção aleatória e isolada, mas um esforço de composição de múltiplas dimensões que atravessam os pesquisadores, analistas e participantes. Ou seja, é evidente que esses três tipos seriam mais a ponta destacada em determinado momento da prática ou da elaboração teórica; mas são coisas que se misturam e se atualizam nas ações sociais cotidianas. Tanto que Monceau (2015 *apud* MELO, 2017: 64) afirma: “[...] dispositivo consiste em um agenciamento dinâmico (que se transforma, que está em movimento) de elementos heterogêneos (discurso, escrita, expressões, fotografias, etc.) que se articulam.”

Tal como Gilles Monceau, Gregorio Baremlitt, outro importante autor do campo da AI, associa dispositivo e agenciamento. Baremlitt (2012: 147) define o conceito numa perspectiva positiva, como disposições para a criação que podem transbordar o campo do possível:

Agenciamento ou dispositivo: é uma montagem ou artifício produtor de inovações que gera acontecimentos e devires, atualiza virtualidades e inventa o novo radical. Em um dispositivo, a meta a alcançar e o processo que gera são imanentes entre si. Um dispositivo compõe-se de uma máquina semiótica e uma pragmática e se integra conectando elementos e forças (multiplicidades, singularidades, intensidades) heterogêneos, que ignoram limites formalmente construídos das entidades molares (estratos, territórios, instituídos etc.). Os dispositivos, geradores da diferença absoluta, produzem realidades alternativas e revolucionárias, que transformam o horizonte considerado do real, do possível e do impossível.

Embora os autores da AI tenham trabalhado com o conceito de dispositivo e fornecido elementos teórico-práticos, é importante considerar as contribuições de outros pensadores importantes da filosofia da segunda metade do século XX.

Certamente um bom ponto de partida nesse percurso seja Foucault (2018: 364-365). Para este autor, o termo dispositivo pode ser definido sob três aspectos: 1) é uma rede heterogênea, explícita ou não, composta por “[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”; 2) há um jogo com mudanças de posição que permite que tal rede possa ser apresentada como um programa de uma instituição, ou como justificativa, camuflagem, reinterpretação que permite acesso a uma nova racionalidade, ou seja, há uma força de poder que determina as

direções; 3) responde a uma urgência do momento histórico operada com uma função estratégica dominante.

Nota-se que se trata de uma imensa rede de ditos e não-ditos que promovem uma certa captura dos seres vivos nas relações de poder históricas e vigentes. Agamben (2005) reforça tal perspectiva ao dizer que Foucault usa com mais frequência esse conceito a partir da segunda metade dos anos 1970 para discutir governabilidade. Agamben (2005: 11) ressalta a operacionalidade e atualização das relações de poder ao resumir que: “Certamente o termo [dispositivo], no uso comum como no foucaultiano, parece se referir à disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito.”

A força de direcionamento dos dispositivos fica ainda mais evidente quando Agamben (2005, p.13) generaliza: “[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”.

Para Agamben (2005), os sujeitos são o resultado da interação entre os seres vivos e os dispositivos. Na medida em que os dispositivos são inerentes aos sujeitos e os constituem, Agamben (2005) adverte que não é possível simploriamente pensar em destruí-los ou usá-los de modo justo.

Para complicar um tanto a compreensão do dispositivo, as palavras de Agamben (2005) permitem pensar nos dispositivos como ramificações em permanente reconfiguração das instituições no sentido louraudiano. Seriam partes incidentes de uma grande trama de conexões. Para Lourau, os sujeitos também não vivem sem a interação com as múltiplas instituições, tanto que os sujeitos estão sempre implicados, sempre conectados de algum modo a elas, mesmo que isso ocorra de uma maneira metaestável. Nem Agamben nem Lourau compartilham, portanto, do entendimento de sujeito natural ou puro. Pelo contrário, reforçam a dimensão histórica, social e paramentada da vida humana. Tal como a ideia de Lourau sobre instituição indica algo em permanente movimento, o dispositivo é descrito como algo dinâmico e inquieto, em reconstrução a cada momento.

A saída libertária sinalizada por Agamben (2005) se encontra na restituição do uso comum daquilo que os dispositivos separaram ao longo da história. Em um sentido contrário à consagração, Agamben propõe o exercício de *profanação*. Isto é, que os seres

viventes recuperem o que foi entregue à divindade ou a outrem transcendental, produzindo relações no plano da imanência. Segundo este autor, a sociedade atual coloca o capitalismo no lugar sagrado, sendo fundamental, portanto, criar condições para intervir nos processos de subjetivação da ordem capitalista que, devido ao seu amplo mecanismo de controle e obediência, não produzem sujeitos, mas sim processos de “dessubjetivação”. Emerge daí a necessidade de profanação dos mecanismos de governo capitalista.

Agamben (2005) entende que tal restituição dessa rede heterogênea de atrelamento para o uso comum seria o “contradispositivo”. Alvim (2012) desenvolve essa noção de contradispositivo como uma configuração das resistências nos e aos dispositivos.

Para tal, Alvim (2012) fundamenta seus argumentos em Agamben, Foucault e Deleuze. A partir de Agamben, ressalta a profanação como forma de resistência ao “endeusamento” dos dispositivos, denotando a força de recuperar a dimensão “corpo-a-corpo” da formação e do exercício dos dispositivos.

De Gilles Deleuze, Alvim (2012) traz as quatro dimensões dos dispositivos: 1) máquina de fazer ver; 2) máquina de fazer falar; 3) linhas de força que formam o campo das relações de poder; 4) subjetivação que produz dobra na linha, ao voltar-se a si mesma e criar fugas às objetivações do saber e do poder. Vale reforçar que as “máquinas são de fazer e não meramente de revelar algo já existente”, o que implica a operação das máquinas naquilo que será visto ou dito. Ressalta-se ainda que Deleuze (1990) trabalha com uma ideia de novelo multilinear, isto é, uma ampla composição de várias linhas que marcam seus trajetos e emaranham-se, por vezes, misturando-se de modo a ficarem indistinguíveis. Pode-se notar a dimensão do enrosco na seguinte afirmação de Deleuze (1990: s/p): “Os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição.” Entretanto, Deleuze (1990) sintetiza que há dois grupos de linhas de um dispositivo: 1) linhas de estratificação ou de sedimentação; 2) linhas de atualização ou de criatividade.

De qualquer forma, Deleuze (1990), em diálogo com Foucault, informa que a filosofia dos dispositivos está orientada pela: 1) aversão e repúdio dos universais; 2) abertura para apreender o novo; 3) exposição às exigências da atualização do

conhecimento. Reforça, portanto, a força de transformação nas relações de poder incluída nessa perspectiva.

De volta ao texto de Alvim (2012) sobre os contradispositivos, destaca-se a importância atribuída à resistência ao poder pastoral. Esse poder enunciado por Foucault, segundo Alvim (2012: 81), contempla quatro traços:

1) É uma forma de poder cujo objetivo final é assegurar a salvação individual no outro mundo. 2) O poder pastoral não é apenas uma forma de poder que comanda; deve também estar preparado para se sacrificar pela vida e pela salvação do rebanho. Portanto, é diferente do poder real, que exige um sacrifício de seus súditos para salvar o trono. 3) É uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada um em particular, durante toda a sua vida. 4) Finalmente, essa forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la.

Trata-se, segundo Alvim (2012) em diálogo com Foucault, de um poder que incide sobre as pessoas e não sobre os territórios; que se exerce sobre uma multiplicidade em movimento; e que pode se deparar com duas formas de resistência: o ascetismo e a comunidade. As duas são ações para efetuação social, sendo a primeira por uma via de *cuidado de si* que prescindem da obediência externa enquanto a segunda se encontra no *agrupamento* que recusa a figura do pastor.

Alvim (2012) explica que as resistências não devem ser entendidas como contra-ataque ou reações, pois estão em contanto permanente e incessante com o poder. Afirma: “As resistências não são um complemento negativo do poder, ao contrário, constituem um vetor próprio do dispositivo, um traço do qual ele não consegue livrar-se, com o qual ele entra em combate; elas são as linhas que ele persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaçam, o enfrentam e o recusam.” (ALVIM, 2012: 82-83)

As resistências são linhas difusas nunca suprimidas pelo poder, ao mesmo tempo, não escapam por completo nem participam inteiramente do dispositivo. Trata-se de uma interação, na qual a resistência tem a possibilidade de perverter, desqualificar, deturbar ou recusar o funcionamento do dispositivo. A isto, Alvim (2012) chama de *contradispositivo*, no sentido de que se trata de forças que circulam pelos dispositivos que criam aberturas para novos processos de subjetivação, na medida em que conseguem se aglutinar às várias linhas de resistência em um fluxo comum forte o suficiente para desestabilizar o dispositivo e obrigar a sua reconfiguração. Tal aglutinação de linhas, que forma o contradispositivo, ocorre por meio de contaminação, perfuração ou fuga das linhas de poder. Trata-se, segundo Alvim (2012), de defasar os pontos de apoio e os

mecanismos de funcionamento dos dispositivos. Nesse caso, Alvim (2012) reforça a potência da junção de diversas lutas de minorias políticas para produzir aberturas, mesmo que momentâneas, aos novos processos de subjetivação e novos arranjos político-econômicos.

Seguramente, um contradispositivo que entrou em ação recentemente foi o amplo movimento deflagrado após a morte de George Floyd em Minneapolis nos EUA em 25 de maio de 2020. A asfixia de um homem preto pelo policial branco Derek Chauvin, filmado por celular, mobilizou pessoas nos EUA e em diversas partes do mundo, mesmo em meio à pandemia do coronavírus, para exigir o fim das práticas de racismo que estão conectadas aos processos naturalizados de colonização, de violência policial e de produção de desigualdades sociais. Com gritos e cartazes *“I can’t breath”* (Não posso respirar) e *“Black lives matter”* (Vidas pretas importam), as manifestações obrigaram a execução de mudanças na composição das polícias em algumas cidades dos EUA, provocaram a destruição de estátuas e despertaram a discussão sobre homenagens a personalidades e movimentos racistas e genocidas em diversas partes do mundo. Os movimentos ressoaram no Brasil, forçando o debate sobre a banalização da prática de violência maciçamente voltada contra as pessoas pretas ao longo da história desse país. Intelectuais pretos foram convidados para falar nas grandes mídias. O professor Silvio Almeida, em sua participação no programa Roda Viva da TV Cultura no dia 22 de junho de 2020, pôde manifestar como o racismo é uma das linhas de um grande nó, pois trata-se de algo estrutural, ou seja, o racismo está intrinsecamente relacionado à economia, ao direito, à política e ao imaginário social.

Rodrigues e Alvim (2016) seguem essa discussão sobre os contradispositivos como resistências. Os autores, a partir de Deleuze e Guattari, afirmam que as resistências não devem ser entendidas como forças de oposição ao poder – tal como poderia sugerir o exemplo anterior –, mas como fugas ou desvios. É por tal características que as resistências fintam as marcações do poder, rompendo as barreiras do possível, como um hábil atacante de futebol que encontra novos espaços no campo e exige toda uma reorganização do jogo.

As resistências, nesse sentido, não visam a estruturação de poder, de um novo poder, mas a produção de impossíveis, o alargamento de modos de viver. É algo que faz força para sair das fronteiras atuais, para expandir, não para confrontar dentro do mesmo campo. Mas do que limitar-se ao espaço existente e disputá-lo, a resistência aponta para

fora e desmascara o engodo dos limites impostos pelo poder em voga. Tal dinâmica é facilmente percebida pelo movimento LGBT+ (ou até LGBTQIAP+), que, cada vez mais, inclui uma nova letra e mantém o aviso (com o sinal +) de que mais letras ou símbolos estão por vir. Explicita assim a inquietude da diversidade sexual e o modo como esse movimento *contradispositiva* o território supostamente demarcado da sexualidade.

O prefixo “contra” é frequentemente usado para aguçar alternativas às práticas correntes (sem trocadilhos) que aprisionam a sociedade. Há, por exemplo, a *contraconduta*, a *contracultura*, o movimento *contrainstitucional*, o manifesto *contrassexual* etc. Embora a definição clássica de dispositivo possa abarcar as resistências, é estratégico o uso da palavra com este prefixo para reforçar a luta contra o cerceamento e as capturas.

Inspirados por algumas dessas construções teórico-práticas, alguns autores brasileiros do campo do institucionalismo trabalharam o conceito de dispositivo no pensamento e na prática desenvolvidos em diferentes áreas.

Rodrigues (1997) apresenta o conceito de dispositivo articulando-o com a sua fala em uma mesa redonda sobre as questões contemporâneas da subjetividade. Enuncia, por essa via, como a autora age em um dispositivo e como eles estão presentes nela, pois se reconhece parte de uma “rede de distribuição/controle de competências”, que inclui curso, escola, universidade, formação etc. O dispositivo é entendido como o positivo, que indica o que deve ser feito, visto ou dito (faz ser, faz ver e faz falar), e não como forças de cerceamento, proibição ou subjugação. Como adverte Rodrigues (1997), o positivo a que se refere não pode ser confundido com o positivismo clássico do “ver para prever”. Na verdade, trata-se de ação sobre ação, sempre em situação de fabricação. Rodrigues (1997: 194) ressalta o quanto há uma tendência a modelar os dispositivos em ferramentas ou fetiches, quando é mais potente abordá-los como “o discurso-prática imanente a nosso presente, a este agora, é um dispositivo em ação”. A autora, contra as tentativas de rigor conceitual e racionalização em busca de uma definição precisa, propõe tornar o dispositivo-conceito um dispositivo-ação e descreve, com termos bélicos, o consequente desafio:

Neste caso, ‘encarar algo como dispositivo’ é desprender-se do instituído conforto das representações macro-reativas para embarcar na deliciosa aventura micro do incessante engendramento processual do real. Nele, forças desterritorializadas, multiplicidades virtualmente aptas a quaisquer conexões, assumirão a forma provisória resultante do confronto entre estratégias num campo de batalha (RODRIGUES, 1997: 195, grifos da autora)

É notável a ênfase atribuída à inquietação e à (des)construção permanente incluídas nessa noção de dispositivo, reforçando o argumento de que se trata de uma concepção de relações sociais muito mais pulsante e múltipla.

No mesmo livro, Barros (1997) dedica uma análise ao grupo como um “dispositivo em ação”. De partida, a autora lembra da origem da palavra dispositivo, que indica algo que contém disposição e é dotado de um caráter ativo. Ao trabalhar com o grupo como dispositivo, Barros (1997) rompe com a concepção de unidade e de totalidade, que são muito presentes nas diversas teorias psicológicas sobre grupo. O grupo, para Barros (1997: 185), “é um composto, um emaranhado de linhas”, ou seja, é múltiplo e processual. A autora, nesse sentido, enfatiza um trabalho de grupo dedicado a desembaraço das linhas que o compõe e nesse movimento de transformação permite que se conheça não pela revelação, mas pela prática de criação. A aposta é que o bloqueio à criação seja desfeito não apenas pela constatação das barreiras, mas pelo próprio exercício de criação, pela abertura à produção de novos agenciamentos e da multiplicidade. A tal ponto que, no encerramento do texto, Barros (1997: 191) resume: “Pensar o dispositivo é pensar efeitos, é se aliar à ação/criação, é montar situações que articulem elementos heterogêneos acionando modos de funcionamento que produzirão certos efeitos”.

Algumas pesquisas com o referencial teórico-metodológico da AI no campo da Saúde Coletiva adotam o conceito de dispositivo, dentre as quais destaco, a título de exemplo, os artigos de Pezzato, Botazzo e L’Abbate (2019) e Borges et al (2018).

Pezzato, Botazzo e L’Abbate (2019) trabalham o diário como um dispositivo, ao reconhecer o quanto essa escrita reúne uma trama múltipla de conhecimentos, práticas, afetos e ideologias que permite produzir análises, mas também criar novas inquietações, sobretudo quando se combinam diários escritos por sujeitos de diversos lugares diferentes. Segundo os autores, esse modo de fazer a pesquisa despertou nos sujeitos a disposição para analisar suas práticas profissionais e inovar na clínica odontológica.

Borges et al (2018) descrevem como fabricaram seus dispositivos de pesquisa em dois estudos. O primeiro foi realizado junto a apoiadores da Política Nacional de Humanização e articuladores de Educação Permanente em Saúde em uma regional de saúde do estado de São Paulo. O segundo, sobre as práticas de saúde mental em duas equipes da Estratégia Saúde da Família em um município de Mato Grosso. Reforçam que os seus dispositivos foram construídos acompanhando o andamento do trabalho,

buscando combinar interesses de pesquisa com possibilidades de intervir e de produzir algum tipo de análise que pudesse transformar aquelas práticas profissionais.

A aplicação do conceito de dispositivo exhibe o quanto é um conceito de interesse e certamente com boa possibilidade de ampliação de análise para as práticas e pesquisas no campo da AI. Muitas vezes confundidos, dispositivo e analisador são conceitos que podem sim se entrelaçar. Rossi e Passos (2014) entendem que o analisador sempre é um dispositivo, mas o dispositivo nem sempre é um analisador, pois consideram que o analisador não é um pequeno artifício, mas está conectado a uma rede que trama as relações sociais; além disso, o analisador só é reconhecido por seus efeitos, quando a sua ação efetiva deslocamentos.

Vasto campo de agentes prestes a inquietar

Há outras denominações – nem analisador nem dispositivo – que comumente são utilizadas para nomear pretensos produtores de inquietação nos sujeitos e coletivos, com estímulos à análise e à criação.

Nas metodologias ativas de educação, por exemplo, utiliza-se “situação-problema” ou formula-se uma pergunta ou até se recorre a algum tipo de objeto “disparador(a)” como meio de desencadear a curiosidade e a busca pela aprendizagem. É um aprendizado via perturbação da situação atual, que aposta no desafio do conhecimento dos sujeitos e rompe com a tradicional e falsa via única de transmissão de saber: professor para aluno.

Menos estruturados e mais corriqueiros nas relações sociais, observam-se os “artefatos” e “artifícios”, que denotam o resultado e o processo respectivamente das construções dos sujeitos envolvidos em um determinado momento da vida coletiva. Pode-se supor que são as boas e velhas artimanhas ou engenhosidades produzidas explicitamente ou não, por um sujeito ou um grupo, que podem gerar estranhezas. Por exemplo, a afixação de um mural de recados livre de qualquer regra de preenchimento no corredor de uma empresa, que faz proliferar diversos recados de amor e ódio entre as pessoas; ou a instalação de um relógio-ponto, que faz evidenciar a presença-ausência dos profissionais de uma determinada equipe de trabalho.

Entretanto, a radicalidade da engenhosidade certamente se encontra na “gambiarra”, que enuncia as condições da sua fabricação e a criatividade dos sujeitos envolvidos. Originalmente usada para se referir à extensão de fio com luzes a fim de melhorar a iluminação de um ambiente, a gambiarra se tornou, como gíria, sinônimo de

improviso. Emerson Merhy, professor e pesquisador de Saúde Coletiva, na ocasião de uma pesquisa sobre acesso e barreira aos usuários de saúde mental da rede de Campinas/SP – discutida em Feuerweker et al (2016) –, alertou para a relevância das gambiarras fabricadas pelos usuários para conseguir o que almejavam em termos de cuidado. O professor causou surpresa no coletivo de trabalhadores que entendiam aquilo como “coisa malfeita” e alertou para o quanto os “jeitinhos” mereciam uma atenção analítica, não moral, para gerar produção de conhecimento.

Mais dedicada à pretensa organização das ações, por vezes se utiliza a noção de “estratégia”. Esta se refere à coordenação do conjunto de táticas, técnicas e recursos a serem combinados em vista de um determinado objetivo. De origem bélica, tal palavra ganhou uma conotação mais ampla com aplicação em diversas áreas. Por vezes, aparece profanada em palavras como “estratagema”, “manobra” ou “subterfúgio”. De qualquer forma, a estratégia é muitas vezes utilizada com o objetivo produzir deslocamentos. No campo da Saúde Coletiva, foi explicitamente utilizada para provocar mudanças na assistência, sobretudo na atenção básica, quando houve a troca de “Programa” para “Estratégia Saúde da Família”.

No cuidado em saúde, outro termo frequentemente utilizado é “manejo”. Isto é, profissionais de saúde recorrem a um modo mais ampliado e estratégico de promover as práticas de atenção singulares a cada sujeito, coletivo, circunstância e condição. Indica-se, desta maneira, a importância de reconhecer a diferença e o novo a cada momento, o que perturba os protocolos de cuidado.

Sob todas essas denominações descritas anteriormente, em que pese diferenças de abordagem e de nuances de intervenção, é possível reconhecer que, em comum, há uma perspectiva de que as relações e os encontros são *metaestáveis*. De tal modo que a intervenção, em meio às forças de formatação e criação, pode perturbar a trama de relações sociais, provocando efeitos analisadores. Sobretudo quando os coletivos são desacomodados e entram em práticas de criação.

Inquietudes no processo dessa escrita

Um texto sobre inquietudes não poderia ignorar algumas que estiveram presentes na sua produção. Sem grandes delongas, pois o texto já está longo, é imprescindível localizar que a escrita foi em meio ao cataclismo sanitário-político-social-econômico da pandemia do coronavírus. A repentina mudança nas relações sociais marcada pelo alto

risco de infecção de um vírus letal produziu uma série de medidas de restrição à circulação social. Aconteceram muitas adaptações para alguns e intensificação de problemas para uma grande parte da população, pois os fortes mecanismos da engrenagem do capitalismo global e financeirizado se mostraram capazes de sustentar o seu funcionamento às custas do aprofundamento das desigualdades sociais e da precarização das condições de trabalho. Particularmente no Brasil, a racionalidade neoliberal combinada a um necrogoverno soberbo resultou em centenas de milhares de mortos e milhões de infectados e internados.

Entre as adaptações e os prejuízos, eu escrevia o meu projeto de doutorado na articulação entre Saúde Coletiva e Análise Institucional. Desenhei um estudo para analisar as intervenções feitas a partir do referencial da AI no âmbito do SUS. Nas minhas leituras do referencial teórico destacou-se a orientação libertária desse tipo de intervenção, o que me lançou a estudar algumas coisas sobre autogestão e anarquia. Isto é, modos de viver coletivamente muito diferentes da experiência atual, pois, como afirma Castoriadis (1979), a modernidade não inventou a hierarquia, mas lhe deu uma conotação universal, como o único sistema lógico, racional e econômico para lidar com complexidade da vida e a grande escala de todas as atividades.

Dentro da convocação com viés individualista do “Fique em casa” nos primeiros meses da pandemia, muitos movimentos solidários foram construídos para oferecer um suporte coletivo de sustentos básicos e cuidados sanitários. De algum modo, isto se tornou mais essencial diante da ausência de medidas do governo federal para fornecer uma proteção social mais ampla. Por outro lado, muitas pessoas, assim como eu, permaneceram longos períodos em casa com baixo contato pessoal e aumento dos encontros *online*. Essas diferentes condições no modo de viver essa experiência, por um lado, exibiram as desigualdades soterradas pelo discurso liberal de que cada um é o único responsável pelo seu modo de vida, mas, por outro lado, ressaltaram a importância de manter e/ou construir, por vias distintas ou combinadas, encontros sociais e redes de apoio. Visto que, sem eles, a vida fica suspensa, estreita e miserável.

Essa situação social reforçou a importância de trabalhar a autogestão nesse estudo sobre intervenção na saúde. Ao reforçar o quanto a autogestão é plenamente possível, Castoriadis (1979) defende que tudo que é hierarquizado pode ser coletivizado facilmente por meio da difusão da informação; da ampla participação nas tomadas de decisão no domínio econômico, organizacional ou disciplinar; e da condição plena de agir e colocar em prática as decisões. Por outro lado, tanto Castoriadis (1979) como Albert (2004)

reconhecem a importância dos especialistas na autogestão, sobretudo pelo amplo conhecimento em determinada área do saber que pode resolver algum problema para a coletividade. No entanto, esses autores lembram que esse conhecimento deve servir ao coletivo e não às ostentações individuais. Albert (2004), inclusive, reforça que os especialistas devem difundir seus conhecimentos sempre que for possível e/ou necessário.

Essa pequena volta pela autogestão problematiza o lugar de especialista ocupado pelo analista na intervenção, pois coloca a tensão entre a autogestão esperada na intervenção e a heterogestão naturalizada na sociedade moderna. Nesse entrevero, os analistas, muitas vezes envaidecidos pelo status de saber, podem servir à legitimação da estrutura e/ou controlar os movimentos para sua desconstrução.

Tal preocupação não é nova e foi fartamente discutida por Lapassade (1979), conforme já apresentado nesse texto. Mas, tal como no quente de 1968, vivemos tempos de intensas transformações sociais. Diferente daquele momento em que se lutava especialmente contra o autoritarismo e vislumbrava-se a importância de fortalecer a liberdade, hoje os tempos são de enfrentamento da pandemia de um vírus mutante e da depressão provocada pela racionalidade neoliberal. Tal como em outros acontecimentos, essa pandemia retirou os analistas-especialistas dos seus lugares, e vimos muitos manifestarem o saber e a dúvida ao mesmo tempo, ou seja, aparecerem mais evidentemente como falhos e inacabados. Na coletânea *Sopa de Wuhan* (AGAMBEN et al, 2020) há uma boa mostra desse efeito.

Essa situação extraordinária faz ver algo sobre os analistas-especialistas que pode ser estendido para outros momentos. Será que as situações ordinárias, o dia a dia, também não mereceriam uma atenção maior ao que está acontecendo? Será que não falta sensibilidade para localizar o quente de cada momento? Será que os analistas-especialistas, seduzidos pelo extraordinário, desvalorizam, ou até ignoram, as produções cotidianas?

Um posicionamento menos assertivo e mais desviante por parte dos analistas certamente é mais inquietante para em um processo de intervenção. Decorre daí o potencial do “entrismo” e do “idiotismo” para evitar o cerceamento das receitas e dos acabamentos das supostas boas práticas institucionalistas.

O entrismo, originalmente usado como uma estratégia de oposição interna do movimento trotskista, é incorporado por Lapassade (1975) para reforçar a sua tese de movimento permanente dos seres humanos para entrarem na vida. Para este autor, vive-

se em um inacabamento, evidenciado sob três aspectos: abertura, movimento, incerteza. Abertura, pois a vida não tem sua forma definida, há uma incompletude, uma fissura, uma brecha, não há uma cerca capaz de aprisionar o que acontece. Movimento, pois trata-se de uma travessia, uma passagem de um lugar para outro, que implica o deslocamento. E incerteza, decorrente do ineditismo e possibilidade de retorno quando se desloca de um ponto ao outro. Trata-se, portanto, de abrir um campo de experiências e possibilidades, valendo-se da dinâmica do estranho participante: “Uma adesão sem verdadeiro apego, um comprometimento implicando incessantemente o descomprometimento” (LAPASSADE, 1975: 326). Por essas formulações do entrismo, o analista, durante a intervenção, não reforça a essa identidade ao se relacionar com os participantes, ou seja, desveste-se do seu lugar de analista, das expectativas do coletivo sobre ele e da sua suposta autoridade de fala, misturando-se desapegadamente ao grupo. Um analista-entrista operaria por meio de algumas entradas, evidentemente, com o seu saber e suas implicações, localizando os analisadores. Seria, portanto, um modo de radicalizar a máxima de que são analisadores e não os analistas que fazem a análise.

Já o idiotismo, conforme Mengue (2013), decorre do pensamento de Gilles Deleuze sobre “fazer-se de idiota” como uma função da filosofia, ao considerar que esta tem o objetivo de libertar a vida dos aprisionamentos de uma determinada organização social, das potências de controle e repressão. Trata-se de um ato de abrir os encadeamentos precedentes, criando deslizamento e deslocamento, numa operação micropolítica e singular. O idiotismo é um posicionamento político de não correspondência ao modo de vida esperado com saberes e práticas estabilizados. Diante do poder neoliberal e de vigilância total, Han (2018: 112) complementa que: “O idiota como herege é uma figura de resistência à violência do consenso. Ele resgata o encanto do forasteiro. Em vista da crescente obrigação de conformidade, aguçá-lo seria hoje mais urgente do que nunca.”

O idiotismo, portanto, traz possibilidades de criar singularidade diante das ordenações sociais de produtividade incessante e de reprodução automatizada que atravessam as intervenções, incluindo os analistas.

Tanto o entrismo quanto o idiotismo, que inquietam a minha pesquisa de doutorado e de algum modo essa escrita, exibem também como o analista pode ser um agente inquietante potente ao operar no inacabamento e no desapego.

Últimas ideias (sem querer quietar)

Nessa parte final, é importante retomar a afirmação de Guillier (2004), que provocou essa discussão a respeito dos tais agentes inquietantes dos coletivos. Na sequência do seu texto, Guillier (2004) comenta que Lourau, em seu último livro (*La clé de champs*, 1997), é muito permissivo e recomenda que a chave do campo de intervenção é aquela que devemos jogar fora. Nas notas dos tradutores para a edição deste livro, publicada na Argentina em 2001, Gregório Kaminsky explica que *la clé des champs* (a chave dos campos) é uma expressão da Idade Média que indica a “liberdade de movimentos”, pois é a chave que permite sair de um lugar fechado para um terreno livre, ao contrário das chaves que abrem lugares que se encontram fechados. Nas suas conclusões, Lourau (2001) indica o quanto é fundamental manter os conceitos e conhecimentos da AI vivos, sem cerceá-los, e em contato com outros campos de saber. Neste livro, por exemplo, Lourau indica que dialogou com Jacques Lacan e Max Weber para analisar suas ideias sobre implicação e institucionalização.

A perspectiva de abrir fronteiras e alargar as possibilidades de trânsito mais livre do conhecimento inquieta os coletivos. Cria condições para o movimento livre de pensar com infinitas perspectivas, ao contrário da mensuração única dada pelos saberes restritamente normatizados.

Trata-se de reconhecer a operação transdutiva, movimentada por atualizações e potencializações, na qual as “formas” são metaestáveis. Assim o nosso saber, as normas criadas, os arranjos sociais construídos se encontram em permanente processo de reconfiguração, recomposição, pois frequentemente ficam obsoletos e são obrigados a “transformar”, como exprimem as definições e as articulações em torno dos conceitos de analisador e dispositivo.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio et al. *Sopa de Wuhan*. Editorial: ASPO, 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra Travessia*, p. 9-15, 2005.
- ALBERT, Michael. Buscando a Autogestão. Em: ALBERT, Michael et al *Autogestão hoje: teorias e práticas contemporâneas* São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2004.
- ALVIM, Davis Moreira. O é um contradispositivo? *Cadernos de Subjetividade*. n.4, p. 120-127, 2012.
- BAREMBLITT, Gregorio F. *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora FGB/IFG, 2012.

- BARROS, Regina Duarte Benevides. Dispositivos em ação: o grupo. Em: SILVA, André do Eirado et al (org) *SaúdeLoucura 6: Subjetividade – questões contemporâneas*. Saúde Paulo: Hucitec, 1997: 183-191
- BORGES, Flávio Adriano; RÉZIO, Larissa de Almeida.; FORTUNA, Cinira Magali; L'ABBATE, Solange. A entrada no campo e a fabricação de dispositivos em pesquisas socioclínicas. *Psicol. estud.*, v. 23, p. 1-15, e40373, 2018.
- BRITO, Roberto Manero. El concepto de analizador en el socioanálisis. *Tramas*, 48, p. 113-140, 2018.
- _____ El analizador y el sentido del análisis: génesis teórica del concepto. *Área 3. Cuadernos de temas grupales e institucionales*. n° 19, p. 1-18, 2015.
- CASTORIADIS, Cornelius. Autogestion et hierarchie. Em: _____ *Le contenu du socialisme*. Éditions Grain de sable, 1979. Disponível em: <https://autogestion.asso.fr/app/uploads/2012/10/Autorarchie.pdf> Acessado em 16 de agosto de 2021.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? Em: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990: 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <https://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/> . Acessado em 16 de agosto de 2021.
- FEUERWEKER, Laura Camargo Macruz.; MERHY, Emerson Elias; SILVA, Erminia. Como temos armado e efetivado nossos estudos, que fundamentalmente investigam políticas e práticas sociais de gestão e de saúde? A pesquisa sobre acesso e barreira na saúde mental. Em: FEUERWEKER, Laura Camargo Macruz; BERTUSSI, Débora Cristina; MERHY, Emerson Elias. *Avaliação compartilhada do cuidado em saúde: surpreendendo o instituído nas redes*. Rio de Janeiro: Editora Hexis, 2016: 10-21.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. Em: _____ *Microfísica do poder*. 8ª. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2018: 363-406.
- GUATTARI, Félix. A transversalidade. Em: _____ *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985: 88-105.
- GUILIER, Danielle. Comentando as noções de implicação e transdução de René Lourau. *Revista do Departamento de Psicologia*. UFF; vol. 16, n. 2, p.11-16, 2004.
- HAN, Byung-Chul. Idiotismo. Em: _____ *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018: 109-117.
- HESS, Rémi. El analizador en la institucion. Em: LAPASSADE, Georges. *El analizador y el analista*. Barcelona: GEDISA, 1979: 161-180.
- LAPASSADE, Georges. Du dispositif socianalytique de formation au dispositif socianalytique d'intervention. *Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention*. n° 3, p.71-80, hiver 1999/2000.
- _____ *El analizador y el analista*. Barcelona: GEDISA, 1979.
- _____ *A entrada na vida*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- LOURAU, René Dos indicadores sociais aos analisadores sociais. *Mnemosine*. Vol.16, n°1, p. 232-246, 2020.

- _____ *A Análise Institucional*. 3^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- _____ Implicação e Sobreimplicação. Em: Altoé, S. (org) *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004: 186-198.
- _____ *Libertad de movimientos: una introducción al análisis institucional*. Buenos Aires: Eudeba, 2001.
- _____ Dispositif et champ d'intervention. *Les Cahiers de l'implication: revue d'analyse institutionnelle – l'intervention*. n° 3, p.129-142, hiver 1999/2000.
- _____ *Implication-transduction*. Paris: Anthropos, 1997.
- _____ *Sociólogo em tempo inteiro*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- MELO, Flávio Adriano Borges. *Análise de implicação profissional: um dispositivo disparador de processos de Educação Permanente em Saúde*. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, 2017.
- MENGUE, Philippe. *Faire l'idiot: la politique de Deleuze*. Paris: Germina, 2013.
- MONCEAU, Gilles. A socioclínica institucional para pesquisas em educação e em saúde. Em: L'ABBATE, Solange; MOURÃO, Lúcia Cardoso.; PEZZATO, Luciane Maria (org) *Análise Institucional & Saúde Coletiva*. São Paulo, Hucitec, 2013: 91-103.
- PEZZATO, Luciane Maria; BOTAZZO, Carlos; L'ABBATE, Solange. O diário como dispositivo em pesquisa multicêntrica. *Saúde Soc.* São Paulo, v.28, n.3, p.296-308, 2019
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. À beira da brecha: uma história da análise institucional francesa nos anos 60. Em: AMARANTE, P. *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade*. 3^a. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012:195-256.
- _____ Dispositivos em ação, ação dos dispositivos. Em: SILVA, André do Eirado. et al (org) *SaúdeLoucura 6: Subjetividade – questões contemporâneas*. Saúde Paulo: Hucitec, 1997: 192-196.
- RODRIGUES, Alexsandro; ALVIM, Davis Moreira. Como cartografar resistências? Apontamentos sobre contradispositivo e criação. *Revista Lugar Comum*. n.48, p.103-119, 2016.
- ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, n° 1, vol.5, p. 156-181, 2014.

Daniel Vannucci Dóbias
Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: dvannucci@gmail.com

¹A expressão entre colchetes foi incluída pelo autor deste texto. Em outras citações, adotou-se o mesmo formato para incluir expressões que permitem o melhor entendimento do trecho original.

² A edição original dessa obra é de 1971.